



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638535 - SP (2021/0001088-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
FERNANDO SOARES TOLOMEI - SP315005  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CRISTIAN DOS SANTOS CABRAL (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CRISTIAN DOS SANTOS CABRAL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 0006107-84.2020.8.26.0996).

O paciente foi condenado a uma pena de 6 anos e 5 meses de reclusão em regime inicial fechado, pelo cometimento do crime de roubo majorado, tipificado no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

Narra a impetrante que o paciente formulou pedido de livramento condicional após ter descontado lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo. Todavia, o Juízo de primeiro grau indeferiu tal pedido, sob o fundamento de ausência do requisito subjetivo, por suposta necessidade de o reeducando vivenciar o regime intermediário semiaberto, para posteriormente fazer jus à benesse. Interposto agravo em execução, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, ante a desnecessidade de prévia progressão de regime como pressuposto para a concessão do livramento condicional.

Ressalta que o histórico prisional do paciente revela que é merecedor da benesse requerida e que possui bom comportamento carcerário. Desse modo, não há óbice para a concessão do benefício, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais para tanto.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para conceder o livramento condicional do paciente. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente